

1. Contexto operacional

A Sondotécnica Engenharia de Solos S.A (“Sociedade”), é uma Sociedade Anônima domiciliada no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Rua Voluntários da Pátria nº 45, constituída em Assembleia Geral realizada em 05 de outubro de 1956. A Sociedade possui capital aberto desde 1980.

A Sociedade tem por objetivo social a prestação de serviços de consultoria técnica e econômica, a elaboração de projetos de engenharia em geral, assessoria, fiscalização e supervisão da execução de projetos, gerenciamento de obras e demais serviços relacionados a essas atividades.

2. Base de preparação.

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

A Sociedade apresenta as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações individuais (“Controladora”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e divergem das práticas do IFRS apresentadas nas informações consolidadas somente quanto à avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, ao invés de pelo custo ou valor justo, conforme permitido pelo IFRS.

Dando cumprimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM 480/09, a diretoria executiva da Sociedade declara que procedeu à revisão, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes, encaminhando, em seguida, para o Conselho de Administração, que autorizou a sua emissão em 22 de março de 2013.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se de outra forma mencionado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de Reais, exceto de outra forma mencionado.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

3.1 Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros da Sociedade são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar e estão registrados pelo valor de custo, acrescido de rendimentos e encargos incorridos, os quais se próxima do seu valor justo.

Os instrumentos financeiros da Sociedade são classificados em:

a) Recebíveis e passivos financeiros mensurados

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e aplicações financeiras mantidas pela Sociedade. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

A Administração entende que ativos e passivos financeiros demonstrados estão com valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

A Sociedade classificou aplicações financeiras referentes a Certificado de Depósitos Bancários - CDBs e Fundos de Investimentos como ativos financeiros mantidos para negociação, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor justo.

Devido à liquidez desse ativo, seu valor justo é próximo ao valor de realização, não gerando efeito no patrimônio líquido da Sociedade.

Caixa e equivalente de caixa

Inclui caixa e depósitos bancários à vista, realizáveis em até 90 (noventa) dias da data de aplicação, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com sua finalidade em (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Serviços a faturar

Representam os direitos a receber de etapas de serviços concluídos e não faturados. Apresentados pelo valor de realização nas datas dos balanços, registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída, se necessária, com base em estimativas de Perda.

3.2. Investimentos

Os investimentos relevantes em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.3. Imobilizado

Registra os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Sociedade, ou exercidos com essa finalidade.

A depreciação é calculada pelo método linear e a Sociedade entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, tendo como base a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota Explicativa nº13.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indicio de perdas não recuperáveis. A administração efetuou análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

3.5. Instrumentos financeiros passivos

Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente:

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda e para a Contribuição Social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

3.7. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou construtivas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na Nota Explicativa nº 17.

3.8. Reconhecimento de receita

A mensuração das receitas esta registrada através do método da proporção do serviço.

As receitas de serviços são reconhecidas no resultado quando os serviços são efetivamente prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.9. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

3.10. Dividendos propostos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19.

3.11. Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA, apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.12. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicadas pela Sociedade

Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados e/ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e pela CVM e,

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Tais pronunciamentos serão implantados à medida que suas aplicações tornarem-se obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar Demonstrações Financeiras consolidadas e substitui o SIC -12.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R)-Modificações na IAS 27	Demonstrações Separadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R)-Modificações na IAS 28	Investimento em Coligada e em Controlada e Joint Venture.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 1-Modificações na IAS 1	Apresentação dos itens de Outros Resultados Abrangentes.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associado a remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 - Modificações a IFRS 7	Estabelece a divulgação - Compensação de Ativos e passivos financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 e IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras:

Pronunciamento/Interpretação	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IAS 32 - Instrumentos financeiros: classificação dos direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos e capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.
IAS 24 - modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.

Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM, até a data de sua aplicação obrigatória.

3.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos duvidosos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação dos valores justos de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.14. Demonstrações consolidadas

As demonstrações consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 e IAS 34, abrangendo as informações das investidas relacionadas na tabela a seguir, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora:

Empresas	Participação - %	
	31/12/2012	31/12/2011
Sondotécnica Internacional Co.	100	100
Sondotécnica Tecnologia Ltda.	96.63	96,63
Angroprojectos Engenharia e Consultoria Ltda.	-	5

Processo de consolidação

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre Sociedades.

Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma padronizada nas Sociedades consolidadas.

As demonstrações financeiras da controlada com operação no exterior são convertidas para Reais (R\$) de acordo com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidado, constantes nas informações consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Deste modo, a Sociedade optou por apresentar estas informações individuais e consolidadas em um único conjunto.

3.15. Reclassificação dos valores dos exercícios de 2012 para 2011 com intuito comparabilidade

Esta reclassificações foram efetuadas de acordo com os CPCs vigentes e classificadas em (I) mantidas para negociação, (II) mantidas até o vencimento e (III) disponíveis para venda, conforme quadro abaixo:

Descrição	Exercício de 2011 - Em R\$ mil		
	Publicado	Reclassificação	Controladora Reclassificado
Clientes circulante	6.835	1.706	8.541
Clientes não circulante	33.136	(11.761)	21.375
Precatórios até o venc. - Circulante	-	3.243	3.243
Precatórios até o venc. - Não Circulante	-	6.812	6.812
Receita financeira (a)	5.650	3.500	9.150
	45.621	3.500	49.121

Descrição	Consolidado		
	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
Aplicações financeiras	16.193	(1.518)	14.675
Clientes circulante	6.835	1.706	8.541

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

Cientes não circulante	33.136	(11.761)	21.375
Investimentos financeiros	4.768	1.518	6.286
Precatórios até o venc. - Circulante	-	3.243	3.243
Precatórios até o venc. - Não Circulante	-	6.812	6.812
Receita financeira (a)	7.205	3.500	10.705
	<u>68.137</u>	<u>3.500</u>	<u>71.637</u>

- (a) Valor não apresentado na demonstração financeira de 2011, referente à reversão de juros sobre capital próprio. Adicionalmente este valor foi contabilizado em 2011, não significando ajuste retrospectivo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins do caixa e equivalente de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Sociedade, depósitos bancários, com liquidez imediata, ou seja, com vencimento menor de 90 dias.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e banco conta movimento - Moeda nacional	4.006	4.915	4007	4.914
Banco conta movimento - Moeda estrangeira	-	-	684	1.427
	<u>4.006</u>	<u>4.915</u>	<u>4.691</u>	<u>6.341</u>

A exposição da Sociedade a riscos de crédito, moeda e taxas de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na Nota Explicativa nº 26.

5. Aplicações financeiras avaliadas a valor justo

O quadro abaixo demonstra as aplicações financeiras da Sociedade, acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Certificado de Depósito Bancário - CDB	454	525	454	525
Fundos de investimentos	13.650	13.840	14.012	14.150
	<u>14.104</u>	<u>14.365</u>	<u>14.466</u>	<u>14.675</u>

As aplicações em fundos de investimentos classificadas nesse grupamento, apesar de possuírem liquidez imediata, não estão sendo consideradas como equivalente de caixa, tendo em vista que, caso a Administração venha a exercer a opção de resgates antes do vencimento contratado, a Sociedade incorrerá em perda de rentabilidade, bem como aumento da carga tributária.

Os ativos financeiros designados pelo valor justo são títulos patrimoniais que, de outra maneira, seriam classificados como disponíveis para venda. A performance destes instrumentos patrimoniais é ativamente monitorada e gerenciada pelo seu valor justo.

A exposição da Sociedade a riscos de crédito, moeda e taxas de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na Nota Explicativa nº 31.

6. Clientes

O quadro abaixo demonstra os valores que as Sociedades têm a receber oriundos dos serviços prestados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Eletronorte -Termo de Acordo	150.056	20.680	150.056	20.680
Faturas a receber - nacional	5.872	8.654	5.872	8.654
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(1.753)	-	(1.753)	-
Outros contas a receber	1.239	583	1.239	582
	<u>155.414</u>	<u>29.917</u>	<u>155.414</u>	<u>29.916</u>
Circulante	153.607	8.541	153.607	8.541
Não circulante	1.807	21.376	1.807	21.375

Contas a receber Eletronorte

O montante a receber da Eletronorte registrada em 2011 no valor de R\$ 20.680 refere-se juros e multa à ação judicial iniciada em 1997, contra a Eletronorte, por quebra de cláusula de contrato avalizado pelo Eletrobrás. Em 18 de dezembro de 2012 a Sociedade assinou Termo de Acordo de R\$ 140.000, valor este que será pago após a homologação judicial e expedição do respectivo alvará de levantamento de judicial, com a devida atualização.

Em 2012 foram reconhecidos os valores a receber dos Danos Emergentes e Lucros Cessantes no valor total de R\$ 129.376, de acordo com o CPC 24 item 8.

A composição da rubrica de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	3.756	6.664	3.756	6.664
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	350	945	350	945
De 31 a 60 dias	281	6	281	6
De 61 a 90 dias	-	-	-	-
Acima de 91 dias	1.485	1.039	1.485	1.039
	<u>5.872</u>	<u>8.654</u>	<u>5.872</u>	<u>8.654</u>

A movimentação das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no exercício encerrado de 31 de dezembro de 2012 está demonstrada abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2012
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	-
Adições	-	-
Baixa	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	-
Adições	(1.753)	(1.753)
Baixa	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(1.753)	(1.753)

No exercício de 2011 não houve constituição de crédito de liquidação duvidosa pela Sociedade.

7. Outras Contas a Receber (Controladora e consolidado)

O montante de R\$ 16.451 registrados na rubrica de serviços a faturar, representa os direitos a receber de etapas de serviços concluídos e não faturados. A administração da Sociedade resolveu efetuar constituição para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 3.747.

O montante de R\$ 3.563 esta composto em R\$ 294 de adiantamentos de funcionários e R\$ 3.269 de investimento em Consórcios.

8. Precatórios DER/SP e Serla/RJ - Mantidos até o vencimento

Refere-se a ações judiciais de atualização monetária de valores recebidos em atraso, já transitado em julgado, com ganho de causa para a Sondotécnica Engenharia de Solos S.A.. Por meio desta decisão judícia, a Sociedade terá o direito a receber, até o ano de 2014, o montante de R\$10.012. Para o exercício de 2012 efetuamos a provisão crédito para liquidação duvidosa no montante de R\$ 6.844, referente as parcelas vencidas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
DER/SP	6.844	6.887	6.844	6.887
SERLA	3.168	3.168	3.168	3.168
Crédito de liquidação duvidosa	(6.844)	-	(3.572)	-
	3.168	10.055	6.440	10.055
Circulante	3.168	3.243	3.168	3.243
Não circulante	-	6.812	-	6.812

É intenção da Sociedade, manter estes títulos em seu poder até o vencimento final dos precatórios.

9. Impostos a Recuperar

Referem-se valores de impostos Municipais e Federais retido nas prestações de serviços.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Impostos Municipais	133	121	133	121
Impostos Federais	1.552	1.259	1.758	1.452
	<u>1.685</u>	<u>1.380</u>	<u>1.891</u>	<u>1.573</u>

10. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido (controladora e consolidado)

Valores apurados no diferimento do contas receber da Eletronorte, sendo R\$ 5.324 para imposto de renda e R\$ 1.917 de contribuição social.

11. Aplicações financeiras disponíveis para venda

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Banco Citibank S.A. - Ações Bonds	4.804	3.305	5.389	3.818
Banco Safra S.A. - Ações Bonds	2.448	1.463	3.150	2.106
Portugues - Bonds	-	-	372	362
	<u>7.252</u>	<u>4.768</u>	<u>8.911</u>	<u>6.286</u>

As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A exposição da Sociedade a riscos de crédito, moeda e taxas de juros relacionados a outros investimentos é divulgada na Nota Explicativa nº 31.

12. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Sondotécnica Tecnologia S.A	363	346	-	-
Sondotécnica Internacional Co	2.527	3.255	-	-
Angroprojectoss Engenharia	-	18	-	200
Incentivos a aplicar - FINOR	-	266	-	266
Outros investimentos	-	11	-	11
	<u>2.890</u>	<u>3.896</u>	<u>-</u>	<u>477</u>

a) Mutação nos investimentos, em controladas/coligadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

	Sondotécnica Tecnologia	Sondotécnica International	Angroprojectos	Total
Em 31 de dezembro de 2011	346	3.255	18	3.619
Variação cambial	-	287	-	287
Ações Bônus	-	(26)	-	(26)
Baixa de investimemto	-	-	(18)	(18)
Equivalência patrimonial	17	(989)	-	(972)
Em 31 de dezembro de 2012	363	2.527	-	2.890

Informações sobre as empresas controladas, com base nas demonstrações contábeis.

	2012		2011	
	Sondotécnica Tecnologia Ltda.	Sondotécnica International Co.	Sondotécnica Tecnologia Ltda.	Sondotécnica International Co.
Capital social	668	1.088	668	1.688
Total de ações	668	900	668	1.500
Patrimônio líquido	376	2527	358	3.255
Lucro (prejuízo) de 2012	18	(989)	779	3.027
% de participação	96,63%	100,00%	96,63%	100,00%
Variação cambial	-	-	-	271
Equivalência patrimonial em 2012	17	(924)	753	2.756

13. Imobilizado

a) Imobilizado - Controladora e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

	Taxa de depreciação	Saldo líquido 31/12/2011	Em 31 de dezembro de 2012			
			Adições	Baixas	Depreciação	Saldo líquido 31/12/2012
Máquinas, ferramentas, materiais e telefonia	10%	143	50	-	(24)	169
Veículos	20%	92	175	-	(56)	211
Móveis e utensílios	10%	411	99	(3)	(85)	422
Aeronaves	10%	2.316	-	-	(265)	2.051
Equipamentos de informática	20%	950	246	-	(334)	862
		<u>3.912</u>	<u>570</u>	<u>(3)</u>	<u>(764)</u>	<u>3.715</u>

	Taxa de depreciação	Saldo líquido 31/12/2010	Em 31 de dezembro de 2011			
			Adições	Baixas	Depreciação	Saldo líquido 31/12/2011
Máquinas, ferramentas, materiais e telefonia	10%	131	54	(22)	(20)	143
Veículos	20%	141	33	(28)	(54)	92
Móveis e utensílios	10%	409	82	(1)	(79)	411
Aeronaves	10%	2.581	-	-	(265)	2.316
Equipamentos de informática	20%	767	458	(1)	(274)	950
		<u>4.029</u>	<u>627</u>	<u>(52)</u>	<u>(692)</u>	<u>3.912</u>

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Sociedade avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Até o momento, não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos na Sociedade.

14. Intangível

Refere-se aos gastos com substituição de softwares e reestruturação da rede no valor de R\$691.

15. Fornecedores Nacionais

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores nacionais	2.113	1.535	2.129	1.550
	<u>2.113</u>	<u>1.535</u>	<u>2.129</u>	<u>1.550</u>

Os saldos de fornecedores estão representados principalmente por valores a pagar a sub- empreiteiros.

16. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Impostos Municipais	1.459	1.113	1.458	1.112
Impostos Federais	5.478	4.769	5.480	4.769
	<u>6.937</u>	<u>5.882</u>	<u>6.938</u>	<u>5.881</u>

17. Contas a pagar (consolidado)

O montante de R\$ 27.317 registrado na rubrica de contas a pagar, referem-se basicamente à honorários advocatícios de processos judiciais e de precatórios, sendo R\$ 26.220 para o ano de 2012 e R\$ 853 em 2011. Esta provisão foi baseada no CPC 24 e 25.

18. Parcelamentos de tributos (Controladora e consolidado)

Refere-se à desistência da ação contra o Instituto Nacional da Previdência Social, pela adesão ao PAEX-Excepcional em Setembro de 2006, artigos, 1º e 8º, com saldo devedor de R\$ 1.697, sendo R\$ 420, registrado no circulante e R\$ 1.277 no não circulante. As ações tributárias são suportadas por depósitos judiciais. Adicionalmente, cerca de R\$ 43 referem-se a parcelamento de ISS registrado no passivo não circulante.

19. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

O estatuto da Sociedade prevê o pagamento de um dividendo obrigatório anual mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, apurado na forma da Lei nº 6.404/76, ou correspondente a 10% do capital social realizado, prevalecendo o que for maior. Em conformidade com a Lei nº 10.303/01, o estatuto foi alterado através de AGE realizada em 27 de fevereiro de 2003, passando a prever que as ações preferenciais terão direito a um dividendo pelo menos 10% superior ao que for destinado às ações ordinárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Dividendos	23.384	1.429	23.384	1.429
Juros sobre capital próprio	5.257	4.226	5.257	4.226
	28.641	5.655	28.641	5.655

20

. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores registrados no passivo foram calculados sobre exclusões temporárias relativas ao diferimento de resultados e parcelas não recebidas de contratos a longo prazo, conforme DL 1.598/77 e IN-SRF 21/79. Os valores apresentados são revisados anualmente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda	3.573	1.220	3.573	1.220
Contribuição social sobre o lucro	1.302	452	1.302	452
	4.875	1.672	4.875	1.672

21. Provisão para contingência (Controladora e consolidado)

A administração da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, entende que o saldo de R\$ 1.715 é suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações trabalhistas e cíveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1.196	1.196	1.196	1.196
Cível	519	519	519	519
	1.715	1.715	1.715	1.715

22. Despesa de imposto de renda e de contribuição social

Segue abaixo demonstrativo da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado:

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Resultado antes dos impostos	101.885	12.047	101.893	12.524
(+) adições	54.001	9.822	54.001	9.822
(-) Deduções	(150.155)	(15.737)	(150.155)	(15.737)
Lucro Real	5.731	6.132	5.739	6.609
(-) Prejuízo fiscal	(1.028)	-	(1.028)	-
Base de Cálculo	4.703	6.132	4.711	6.609
IRPJ - 15%	1.040	920	1.044	1.267
IPPJ - Adicional de 10%	675	394	675	394
IPPJ - Adicional de 10% - exercício anterior	195	24	195	24
Total de despesa de IRPJ	1.910	1.338	1.914	1.685
CSLL - 9%	623	552	627	682
Total de despesa de CSLL	623	552	627	682

23. Transações com partes relacionadas

A Sociedade não mantém operações comerciais com partes relacionadas, pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes ao mesmo grupo econômico.

24. Patrimônio líquido

24.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 está representado por 856.000 ações ordinárias, 856.000 preferenciais classe "A" e 856.000 preferências classe "B", sem valor nominal. As ações do capital social foram convertidas em abril de 2007 pelo fator de conversão de 1/5.000. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e são inconversíveis em ações ordinárias.

24.2 Reservas de capital

Foi constituída a partir da utilização de incentivos fiscais na declaração do imposto de renda, tendo como contra partida a conta de investimentos em incentivos fiscais do ativo permanente.

24.3 Reservas de lucros

a) Para contingências:

Valores retidos nos exercícios de 1996 (R\$ 6.124) e de 1997 (R\$ 4.870), por deliberação das assembleias de 1997 e 1998 e mantidos na rubrica lucros acumulados até 31 de dezembro de 2002, e por decisão da AGE de 30 de abril de 2003, foi foram transferidos para reservas para contingências, mais o saldo das reservas para investimento de R\$ 10.393, transferido em 2005, por deliberação da AGE de 28 de abril 2005. Totalizando R\$ 21.387, esta reserva deverá permanecer até a decisão final da ação com a Eletronorte.

Por decisão da AGO de 29 de abril de 2011, do saldo remanescente do lucro do exercício de 2010, no montante de R\$ 5.243, acrescido de R\$ 1.189 da realização de reservas, e que,

acrescido ainda R\$ 6.000 reversão da reserva de contingência constituída pela AGO/E de 30 de julho de 2009, o qual acrescido também do valor de R\$ 8.310 em reversão das reservas constituídas na AGO de 30 de abril de 2010 e não realizadas, totalizando, em 31 de dezembro de 2010, R\$ 20.742, teve a seguinte destinação: R\$ 2.300 para aplicação em coligadas e controladas; R\$ 1.000 para investimentos na migração tecnológica da área operacional; R\$ 5.609 para manutenção de capital de giro; R\$ 10.000 para futura aquisição de imóvel a ser utilizado como sede própria da Sociedade; R\$ 1.833 para distribuição de dividendos aos acionistas, cujo pagamento ocorreu no ano calendário de 2012.

Por decisão da AGO de 30 de abril de 2012, do saldo remanescente do lucro do exercício de 2011, no montante de R\$ 3.971, acrescido de R\$ 18.909 reversão da reserva de contingência constituída pela AGO de 30 de abril de 2011, totalizando, em 31 de dezembro de 2011, R\$ 22.880, teve a seguinte destinação: R\$ 1.500 para aplicação em coligadas e controladas; R\$ 1.000 para investimentos na migração tecnológica da área operacional; R\$ 3.000 para manutenção de capital de giro; R\$ 15.000 para futura aquisição de imóvel a ser utilizado como sede própria da Sociedade; R\$ 2.380 para distribuição de dividendos aos acionistas, cujo pagamento ocorreu no ano calendário de 2012.

A proposta da administração da Sociedade, para a destinação do lucro será submetida a aprovação na AGO que será realizada em 30 de abril de 2013, onde serão posta em votação os seguintes assuntos a saber: do saldo remanescente do lucro do exercício de 2012, no montante de R\$ 99.697, será acrescido de R\$ 24.389 de reversão da reserva de contingências constituídas pelas AGOs de 30 de abril de 2003, 28 de abril de 2005 e 30 de abril de 2012; reversão da reserva de investimento no montante de R\$ 17.500, constituída na AGO de 2012, e não realizadas; totalizando assim: em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 141.584, que teve a seguinte destinação: R\$ 11.500 par aplicação em coligadas e controladas e aquisição de empresas; R\$ 1.000 para investimentos na migração tecnológica da área operacional; R\$ 16.911 para manutenção de capital de giro; R\$ 15.000 para futura aquisição de imóvel a ser utilizado como sede própria da Sociedade; R\$ 80.072 para distribuição de dividendos aos acionistas, cujo pagamento será no calendário de 2013.

b) Reserva legal e retenção de lucros:

O Estatuto Social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, que totaliza, em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 3.420, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei 6.404/76.

c) Lucro a disposição da assembleia:

O Estatuto Social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	Controladora	
	2012	2011
Lucro líquido do exercício	99.890	6.278
Reserva legal	(193)	(209)
Lucro líquido após reserva legal	99.697	6.069
Dividendos mínimo obrigatório	24.924	1.517

24.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à variação cambial dos investimentos nas subsidiárias, Sondotécnica International Co. e dos investimentos não permanentes. Conforme Artigo 183, ítem I, da Lei 6.404/76, dispositivo ao qual o artigo 182, & 3º da referida lei.

25. Receita líquida de vendas (Consolidado)

A reconciliação da receita bruta está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/2/2012	31/12/2011
Receita bruta				
Prestação de serviços	127.788	102.162	127.788	102.162
Medições a faturar	6.745	2.078	6.745	2.078
	134.533	104.240	134.533	104.240
Deduções da receita bruta				
Impostos incidentes sobre serviços	(15.936)	(14.297)	(15.936)	(14.297)
Deduções e abatimentos	(1.304)	(188)	(1.304)	(188)
	(17.240)	(14.485)	(17.240)	(14.485)
Receita líquida de venda	117.293	89.755	117.293	89.755

26. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/2/2012	31/12/2011
Custo				
Mão de obra	40.007	29.586	40.007	29.586
Encargos trabalhista	14.324	10.506	14.324	10.506
Benefícios trabalhistas	3.791	3.042	3.791	3.042
Serviços prestados pessoa jurídica	31.441	24.749	31.441	24.749
	89.563	67.883	89.563	67.883
Despesas				
Mão de obra	4.989	6.103	6.697	6.103
Depreciação e amortização	1.102	1.069	1.102	1.069
Serviços prestados pessoa jurídica	12.859	11.610	12.028	11.834
	18.950	18.782	19.827	19.006

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

27. Provisão/Reversão Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Provisão de Receitas	129.376	-	129.376	-
Provisão de Despesas	(38.482)	(20)	(38.482)	(20)
	<u>90.894</u>	<u>(20)</u>	<u>90.894</u>	<u>- 20</u>

O montante de R\$ 129.376 refere-se a provisão dos valores a receber da Eletronorte, do processo movido pela Sondotécnica. Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado Termo de Acordo entre as partes cabendo a Sociedade os valores de R\$ 82.712 de Danos Emergente e R\$ 46.664 de Lucros Cessantes sendo recebido em janeiro de 2013.

O montante de R\$ 38.482 refere-se basicamente a provisão de honorários advocatícios do processo movido pela Sondotécnica contra Eletronorte no valor de R\$ 25.367 e constituição de provisão para credito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 13.114.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita financeira				
Juros sobre capital próprio	3.500	3.500	3.500	3.500
Aplicações financeiras	2.221	5.650	2.372	7.205
	<u>5.721</u>	<u>9.150</u>	<u>5.872</u>	<u>10.705</u>
Despesas financeira				
Despesas bancárias	(130)	(109)	(130)	(109)
Juros sobre capital próprio	(3.500)	(3.500)	(3.500)	(3.500)
Juros e variação monetária	(228)	(262)	(258)	(320)
	<u>(3.858)</u>	<u>(3.871)</u>	<u>(3.888)</u>	<u>(3.929)</u>

29. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real, em 31 de dezembro de 2012, do Imposto de Renda e da Contribuição Social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	98.385	8.546
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, de acordo com a alíquota vigente	(33.451)	(2.906)
Efeito de adições e exclusões	34.955	160
Despesa contabilizada	<u>1.504</u>	<u>(2.746)</u>
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social:		
Corrente	(2.534)	(2.367)
Diferido	4.038	(379)
	<u>1.504</u>	<u>(2.746)</u>

30. Lucro por ação básico e diluído

Os resultados por ação (básico e diluído) foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Sociedade, findo em 31 de dezembro de 2012, conforme detalhado abaixo. Não houve movimentação de ações no exercício, e o lucro básico por ação foi igual ao lucro diluído por ação.

	Lucro básico e diluído			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Resultado de 2012	103.390	9.778	103.390	9.778
Quantidade média ponderada de ações líquida de ações em tesouraria	2.458	2.458	2.458	2.458
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações	42,06251	3,9778	45	3,9778

31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Sociedade e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Sociedade, não sendo realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou derivativos embutidos.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados, que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.

Os investimentos mantidos em empresas controladas e coligadas não tiveram seus valores de mercado estimados, uma vez que as ações/quotas dessas empresas não são negociadas em bolsas de valores.

Adicionalmente, a Administração procede a uma avaliação tempestiva da posição consolidada da Sociedade, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e o monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

A Sociedade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxa de juros

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Sociedade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Sociedade, políticas e processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Sociedade. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Sociedade são estabelecidas para identificar os riscos enfrentados pela Sociedade, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Sociedade.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Sociedade caso um cliente, ou contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Sociedade de clientes.

A Sociedade está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor máximo exposto pela Sociedade ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa 6. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Sociedade corresponde substancialmente às aplicações financeiras, conforme apresentado em notas explicativas.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Sociedade é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Sociedade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de um planejamento rigoroso, monitorando seus recursos financeiros disponíveis, para o tempestivo cumprimento de suas obrigações.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e instrumentos disponíveis para venda.

Risco de exposição às variações cambiais

A Sociedade mantém operações com moeda estrangeiras referentes a aplicações financeiras, conforme divulgado em notas explicativas, que estão sujeitas a exposição de riscos de mercado

decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio (dólar) pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A Sociedade não realizou contratos derivativos para proteger a exposição cambial.

Risco de taxa de juros

A Sociedade possui aplicações financeiras conforme divulgado em notas explicativas, as quais estão indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos às flutuações nas taxas de juros. Adicionalmente, a Sociedade não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge”/”swap” contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado.

32. Análise de sensibilidade

A seguir apresentamos quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros com riscos de moeda estrangeira, considerando que o cenário provável é a atualização do valor das aplicações em 31 de dezembro de 2012, e que o cenário possível e remoto considerou a variação de riscos de 25% a 50%, respectivamente.

	Cenário		
	Provável	Possível	Remota
Variação de risco	0%	25%	50%
Caixa e banco movimento moeda nacional	4.007	1.002	2.004
Caixa e banco movimento moeda estrangeira	684	171	342
Certificado de deposito bancário CDB	454	114	227
Fundo de investimentos diversos	14.012	3.503	7.006
Precatórios	3.168	792	1.584
Banco Citibank S A - ações bonds	5.389	1.347	2.695
Banco Safra S A - ações bonds	3.150	788	1.575
Portugues - bonds	372	93	186
	<u>31.236</u>	<u>7.809</u>	<u>15.618</u>

(i) Valor justo versus valor contábil

A administração entende que ativos e passivos financeiros estão com o valor contábil com uma apresenta razoável do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

	Controladora			
	2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do patrimônio líquido	7.252	7.252	4.768	4.768
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	-	-	-	-
	<u>7.252</u>	<u>7.252</u>	<u>4.768</u>	<u>4.768</u>

	Consolidado			
	2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do patrimônio líquido	8.911	8.911	6.286	6.286
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	684	684	1.393	1.393
	<u>9.595</u>	<u>9.595</u>	<u>7.679</u>	<u>7.679</u>

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)

O quadro abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando como método de avaliação, preços cotados (não ajustados), em mercados ativos para ativos idênticos, classificados como nível 1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado).

Saldos em 31 de dezembro de 2012	Controladora	Consolidado
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	-	-
Ativos financeiros classificados como mantidos para venda a valor justo	7.252	4.768
	<u>7.252</u>	<u>4.768</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	684	1.393
Ativos financeiros classificados como mantidos para venda a valor justo	8.911	6.286
	<u>9.595</u>	<u>7.679</u>

33. Remuneração dos administradores

Anualmente, em Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global mensal da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração.

	2012	2011
a) Benefícios de curto prazo		
• Proventos	1.048	1.108
• Contribuição ao INSS	209	222
Total	<u>1.257</u>	<u>1.330</u>

b) Benefícios pós-emprego	Não possui	Não possui
c) Outros benefícios de longo prazo	Não possui	Não possui
d) Benefícios de rescisão de contrato	Não possui	Não possui
e) Remuneração baseada em ações	Não possui	Não possui

34. Seguros

A política adotada pela Sociedade é a de manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado em montante que considera satisfatório face aos riscos envolvidos. Montantes contratados e vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Ativo Segurado	Modalidades	Moeda	Valor Segurado
Imobilizado	Incêndio	R\$	5.000
Imobilizado	Veículos	R\$	400
Imobilizado	Equipamentos	R\$	60

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Sociedade.

35. Eventos subsequente

A Sociedade comunicou aos seus acionistas, e ao mercado geral, a celebração, em 18 de dezembro de 2012, de Termo de Acordo referente à ação indenizatória nº 21.191/97, que tramita perante a 9ª Vara Cível de Brasília, distrito Federal, movida pela Sondotécnica Engenharia de Solos S.A. em face de Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no valor de R\$ 140.000. Este acordo foi homologado pelo juízo competente, em 22 de janeiro de 2013, pela importância de R\$ 165.285, e recebido em 24 de janeiro de 2013, pelo valor de R\$ 150.056, já descontados os honorários de sucumbência, quitando a integralidade dos danos emergentes e parte dos lucros cessantes.

* * * *